

DESAFIOS E NECESSIDADES DE SANEAMENTO BÁSICO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL

LAURO ARAUJO LEME¹; LUIS FERNANDO RACANELLI FREITAS ²; MATHEUS PHILIPPE LOURENÇO DA COSTA³; CLAUDIA DAIANE GARCIA MOLET ⁴; GILSON SIMÕES PORCIÚNCULA ⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – lemealauro@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - racanelliluisfernando@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - matheusphilipet1234@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas– claudiamolet@yahoo.com.br

⁵Universidade Federal de Pelotas – gilson.porciuncula@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os quilombos estão assentados no Rio Grande do Sul há séculos tendo sua origem territorial ligada a fugas, a conquistas de terras em testamentos, a aquisição por compra ou por premiação em participação em guerras, a apropriações de terras desvalorizadas. Terras que, portanto, possuem muitas origens, algumas ocupadas durante a escravidão, outras no pós-Abolição. A Constituição Federal de 1988 marcou um momento histórico, ao reconhecer oficialmente os territórios quilombolas no Brasil. Esse reconhecimento foi o resultado das reivindicações do movimento negro e quilombola que lutaram pela cidadania negra. Todavia, a constituição ao mencionar os “remanescentes de quilombos” não deu conta de outras possibilidades quilombolas, pois estava muito atrelada a ideia do quilombo fuga no período da escravidão. Somente em 2003, o Decreto 4.887 definiu os quilombolas como grupos étnicos, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente sofrida. O Censo Demográfico de 2022 revelou que existem 1.327.802 quilombolas no Brasil, representando 0,65% da população do país, com 17.496 quilombolas no estado do Rio Grande do Sul. O reconhecimento dos territórios quilombolas é respaldado pelo Artigo 68 do Código Penal, pelas Disposições Constitucionais Transitórias e pelo Decreto nº 4.887 de 2003, que define esses territórios como fundamentais para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural das comunidades. Nas comunidades quilombolas ações inerentes ao saneamento são pouco intensas, geralmente composto somente pelo abastecimento de água (nem sempre potável), a coleta e disposição final dos resíduos sólidos além de um sistema de esgoto sanitário precário. Todos esses fatores atuam promovendo a salubridade ambiental, no meio rural os riscos relacionados à precariedade do saneamento são mais evidentes (Daniel, 2001; Amaral et al., 2003; Costa e Guilhoto, 2014). Em locais com saneamento básico deficiente, as doenças de veiculação hídrica podem ocorrer devido à contaminação da água por dejetos, pelo contato com esgoto despejado nos córregos e rios. A falta de água também pode causar doenças, pois a escassez impede a higiene adequada. E ainda se inclui a proliferação de insetos que se desenvolvem na água (CVE, 2009). As principais doenças relacionadas à ineficiência e/ou inexistência dos serviços de saneamento são causadas principalmente por microrganismos patogênicos de origem entérica, animal ou humana (Amaral et al., 2003). Ações adequadas de saneamento rural promovem a salubridade ambiental e contribuem para diminuição da degradação do ambiente e da exploração de forma insustentável dos recursos naturais. Para isso, medidas planejadas, em especial as

que garantam a proteção dos mananciais de água doce, com a disposição adequada do esgotamento sanitário e dos resíduos sólidos são fundamentais (Costa e Guilhoto, 2014; Brasil, 2006). Este trabalho tem por finalidade, analisar a situação atual do saneamento básico, especificamente o acesso à água potável, nas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul; Investigar os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas em relação à distância a água potável, incluindo a falta de infraestrutura de água e esgoto; caracterizar as áreas principais de comunidade quilombola; Examinar a relação entre o reconhecimento dos territórios quilombolas e a melhoria das condições de saneamento. No contexto brasileiro, considerar grupos étnicos implica em reconhecer a relação desses grupos com o Estado, que deveria garantir o acesso aos direitos coletivos, como o território e políticas específicas. A coleta e divulgação de dados precisos sobre a população quilombola são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às suas necessidades.

2. METODOLOGIA

Inicialmente, foi feita a relação das comunidades quilombolas nas Bacias Hidrográficas (BH) do RS e definiu-se a análise das Comunidades Quilombolas das áreas distribuídas nas bacias Mirim São Gonçalo e do Camaquã; escolhemos 24 comunidades, das quais tivemos acesso a dados mais completos. Posteriormente, cada uma delas foi caracterizada, identificando-se os poços mais próximos das comunidades e as últimas manutenções dos poços. A pesquisa foi realizada a partir de um estudo quantitativo e descritivo, através de levantamentos bibliográficos, com material do portal da transparência, IBGE, SIRSAS, INCRA e Fundação Cultural Palmares. Após a coleta, os dados foram armazenados e tabulados para melhor visualização. Através de dados pelo Sistema de Informações de Águas Subterrâneas foram selecionados 677 poços do rio grande do sul, abastecidos por, B.H Mirim São Gonçalo e B.H Camaquã. As Tabelas 1 e 2 mostra os dados sistematizados das Comunidades Quilombolas, onde são mostrados o nome da comunidade, a BH a qual pertence, a distância entre o posto mais próximo, a área de ocupação da CQ em hectares e o número de famílias da comunidade quilombola.

Comunidade Quilombola	B. H	Distância	Nome do Poço	Ocupação	Número
C.Q Vila madeira	Mirim São Gonçalo	828 m	P1783.CDI-1	40	60
C.Q Vila Nova	Litoral Médio	1.07 km	COR-SJN-04-A G.219	100	20
C.Q Mutuca	Camaquã	1.12 km	IS582	40	60
C.Q Vila progresso	Mirim São Gonçalo	1.33 km	IS503 4900/BEJ4	2	14
C.Q Faxina	Mirim São Gonçalo	1.36 km	IR047	2	5
C.Q Vila da lata	Negro	1.58 km	COR-ACE-03 G.3020	2	17
C.Q Vila Ernestina	Mirim São Gonçalo	1.98 km	7-MR-001	20	20
C.Q da Picada	Camaquã	2.65 km	JP866	17	48
C.Q Bolsa do Candiota	Mirim São Gonçalo	2,81 km	JB024	17	33
C.Q Rincão do Couro	Mirim São Gonçalo	4.8 km	IR041	18	130
C.Q Cerro das velhas	Camaquã	5.0km	P1783.CDI-1	92	22
C.Q Alto do Caixão	Camaquã	6.82 km	5456/NCO1	2	27
C.Q Rincão das Almas	Camaquã	6.69 km	JP871	50	70
C.Q Vó Elvira	Camaquã	8,3 km	IS495 4898/SHB3	5	20

Tabela 1 – Dados das Comunidade Quilombolas

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa mostrou que a agricultura familiar é ainda a principal fonte de renda para esses 24 quilombos. Quase todos os territórios têm acesso a água, porém por cacimbas, graças a isso a falta de saneamento básico é presente em todas as comunidades:

Comunidade Quilombolas	B.H	Distância	Nome do Poço	Ocupação	Famílias
C.Q Lichiguana	Mirim São Gonçalo	8.39 km	IS435	48	19
C.Q Monjolo	Camaquã	10 km	IS495 4898/SHB3	30	25
C.Q Tamanduá	Mirim São Gonçalo	10,4 km	AM2-P10	200	16
C.Q Solidão	Mirim São Gonçalo	11.1km	J-1447-1-P. MACH	4	70
C.Q Torão	Camaquã	15,8 km	IS495 4898/SHB3	19	7
C.Q de Algodão	Mirim São Gonçalo	15,8 km	IS495 4898/SHB3	37	70
C.Q Cerro da vigilia	Camaquã	16 km	JB020	100	34
C.Q Várzea Dos Baianos	Mirim São Gonçalo	16 km	IRO39	4	26
C.Q Maçambique	Mirim São Gonçalo	18,3 km	JB020	65	10
C.Q Vila Tio Dô	Camaquã	27.8km	JR 523	60	40
C.Q Coxilha Negra	Taquari Antas	Sem poços	São Lourenço do S	55	30
C.Q Rincão do Quilombo	Mirim São Gonçalo	Sem poços	Piratini	1500	60
C.Q Serrinha do cristal	Camaquã	Sem poços	Cristal	400	85

Tabela 2 – Dados das Comunidade Quilombolas

As questões sanitárias precárias foram confirmadas a partir da constatação da falta de manutenção e regularização dos poços e cacimbas. Tal como a ausência de tratamento realizado na água consumida nos quilombos. As comunidades quilombolas têm à sua disposição duas principais fontes de água para o abastecimento, as águas superficiais, englobando rios, lagos e outras formas de captação de águas pluviais, e as águas subterrâneas, que incluem poços e nascentes. A captação das águas subterrâneas geralmente ocorre por meio de diversos tipos de poços, os principais sendo as cacimbas, os poços tipo ponteira e os poços tubulares, estes dois últimos conhecidos popularmente como poços artesianos. Os poços escavados, também chamados de cacimbas, são manualmente abertos com ferramentas como pá e picareta, sendo construídos sem rigor técnico e científico, tornando-os suscetíveis a contaminações. Caso um aquífero seja contaminado, há o risco de fornecer água contaminada para outros poços que dependem dele, o que pode prejudicar a saúde das populações atendidas. Na bibliografia utilizada, devemos ressaltar o fato de já existirem Programas do Ministério da Saúde voltados especificamente para o atendimento a essas Comunidades, os quais através de pesquisa, não parecem se fazer presentes no atendimento à saúde nos quilombos. A ausência histórica do Estado brasileiro na garantia de cidadania faz com que essas comunidades quilombolas tenham seus direitos negados. Além disso, a morosidade da titulação das terras pelo INCRA nessas comunidades contribui para os entraves na implementação de políticas públicas para atender a essas comunidades. O acesso à água potável tem impacto direto no desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade, e segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) é um direito humano e intrínseco, que também se relaciona à saúde básica e à alimentação. Há evidências de que o gasto com medidas de saneamento é mais eficaz do que os gastos com saúde, principalmente em relação ao acesso a água de qualidade e

tratamento de esgoto. Os investimentos em saneamento acarretam a diminuição de casos de morbidade e de internações hospitalares (Caldeira, 2014). Portanto, cabe ao Estado a responsabilidade de assegurar esse direito a todos os cidadãos, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental, como a população quilombola (Heller e Pádua, 2006). Portanto o saneamento é um instrumento de promoção e de melhoria da saúde.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa sobre o saneamento básico nas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul revelou que a situação é precária. A maioria das comunidades não têm acesso à água potável, e aquelas que têm, dependem de cacimbas ou poços escavados, que são suscetíveis à contaminação. Além disso, a falta de saneamento básico, como coleta de lixo e tratamento de esgoto, contribui para a proliferação de doenças. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de políticas públicas que levem em consideração as especificidades dos quilombos. Essas políticas devem promover o desenvolvimento econômico e social desses territórios, garantindo o acesso a direitos básicos como educação, saúde e moradia. O saneamento básico é um direito humano fundamental, que deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica ou social. O Estado brasileiro tem a responsabilidade de garantir esse direito às comunidades quilombolas, que são populações historicamente vulnerabilizadas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, I. G.; GERMANI, G. I. **Quilombos da Bahia: presença incontestável**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 796-812. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_amorimgermani_quilombosbahia.pdf
- CABRAL, E. R.; DOS SANTOS, A. L. L.; GOMES, S. C. **Responsabilidade Social e Ambiental e Desenvolvimento local Sustentável: O Caso do Projeto de Educação Ambiental e Patrimonial-PEAP**. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, São Paulo, v.4, n. 1, p. 91-107, 2015.
- CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2013.
- CHAGAS, M. C. C.; DE ANDRADE, M. G.; DA COSTA, R. B.; DE SOUZA PERRELLI, M. A. **A prática de benzimento com uso de plantas na comunidade rural remanescente de quilombo de Furnas do Dionísio, Jaraguari, Mato Grosso do Sul**. Multitemas, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, n. 35, p. 207-224, 2007.
- LEITE, I. B. **Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Orgs.) **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010. p. 18-40.